

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**CAROLINA RODRIGUES DA SILVA MUNIZ
DRIELLI DUARTE FRANZIN MEDEIROS
GABRIELLE GRAZIEL ALMEIDA**

**FITOTERÁPICOS NAS AFECÇÕES GINECOLÓGICAS: DESAFIO DE
ENFERMEIROS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA**

**VOLTA REDONDA
2020**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**FITOTERÁPICOS NAS AFECÇÕES GINECOLÓGICAS: DESAFIO
PARA ENFERMEIROS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA**

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Enfermagem do UniFOA como requisito à obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Alunas:

Carolina Rodrigues da Silva Muniz

Drielli Duarte Franzin Medeiros

Gabrielle Graziel Almeida

Orientadora:

Prof. Enf. Maria de Fátima Rocha Pinto

VOLTA REDONDA

2020

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por nos abençoar e nos guiar nesse desafio.

A nossas famílias que nos apoiaram durante essa caminhada, muitas vezes abdicando seus sonhos para que os nossos pudessem ser realizados.

Aos professores do curso de Enfermagem que sempre estiveram dispostos a contribuir para um melhor aprendizado, em especial a nossa orientadora Maria de Fátima Rocha Pinto que nos acompanhou assiduamente, dando todo o auxílio necessário para a produção do projeto.

Enfim, agradecemos a todas as pessoas que fizeram parte dessa nossa jornada até aqui.

RESUMO

Este estudo trata da percepção de enfermeiros acerca de sua atuação na prescrição de fitoterápicos em tratamentos de afeções ginecológicas de baixo risco na Estratégia de Saúde da Família, cujo objetivo é identificar as evidências científicas da prática de enfermeiros sobre o uso de fitoterápicos em tratamentos ginecológicos de baixo risco na Atenção Primária à Saúde, descrever o entendimento de enfermeiros acerca do uso, relatar a percepção de enfermeiros acerca de seu papel nesse contexto, apontar dificuldades ou facilidades para realizar a prescrição. Realizada pesquisa bibliográfica exploratória, descritiva, com levantamento bibliográfico de artigos publicados entre 2010 a 2020 que evidenciassem a prática de enfermeiros no uso de fitoterápicos em tratamento ginecológico de baixo risco na Atenção Primária à Saúde. Foi feita busca sistematizada nas bases de dados: Lilacs, BEDENF e SCIELO. Após análise emergiram três categorias de análise: Insuficiência de conhecimento acerca de fitoterápicos por enfermeiros; Dificuldades na implementação da prática; Baixa capacitação de profissionais na área. Conclui-se que apesar de as evidências científicas sobre o assunto serem escassas, os enfermeiros se mostram favoráveis ao uso e demonstram interesse em se capacitarem, mesmo diante de todas as dificuldades encontradas.

PALAVRAS-CHAVE Atenção Primária à Saúde. Ginecologia. Fitoterapia. Enfermagem.

ABSTRACT

This study deals with the perception of nurses about their role in the prescription of herbal medicines in treatments for low-risk gynecological disorders in the Family Health Strategy, whose objective is to identify the scientific evidence of nurses' practice on the use of herbal medicines in gynecological treatments of low risk in Primary Health Care, describe nurses' understanding of use, report nurses' perception of their role in this context, point out difficulties or facilities to carry out the prescription. Exploratory, descriptive bibliographic research was carried out, with bibliographic survey of articles published between 2010 and 2020 that evidenced the practice of nurses in the use of herbal medicines in low risk gynecological treatment in Primary Health Care. A systematic search was carried out in the databases: Lilacs, BEDENF and SCIELO. After analysis, three categories of analysis emerged: Insufficient knowledge about herbal medicines by nurses; Difficulties in implementing the practice; Low training of professionals in the area. It is concluded that although scientific evidence on the subject is scarce, nurses are favorable to the use and show interest in training themselves, even in the face of all the difficulties encountered.

KEYWORDS Primary Health Care. Gynecology. Phytotherapy. Nursing

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	16
-----------------------	-----------

LISTA DE TABELAS

Quadro 1	17
----------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
REVISÃO DE LITERATURA.....	14
METODOLOGIA.....	15
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	16
CONCLUSÃO.....	24
REFERÊNCIAS.....	25

INTRODUÇÃO

As plantas medicinais, como seus derivados fazem parte de um arsenal de recursos terapêuticos disponíveis desde os primórdios e usados pelo povo brasileiro no que se refere aos cuidados com sua saúde pela medicina tradicional e popular ou por meio de programas públicos de fitoterapia preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), onde se observa que a maioria das experiências ocorre na Atenção Primária à Saúde (APS), especificamente na Estratégia Saúde da Família (ESF), modelo preconizado pelo Ministério da Saúde (MS) com foco na família (BRASIL, 2012).

A APS é entendida como a porta de entrada de usuários para uma rede assistencial do SUS. É uma rede complexa e necessita de intervenções em muitos aspectos para que tenha efeitos positivos sobre a qualidade de vida da população por meio de saberes interprofissionais resolutivos, eficazes e eficientes. A atenção é centrada na família, com orientação e participação da comunidade, como também por profissionais qualificados (STARFIELD, 2002).

Desde 1994, o Brasil adotou a ESF como uma forma de reorganizar o processo de trabalho da atenção básica. Considera o sujeito em sua singularidade, com ênfase no cuidado integral. A ESF é definida como o primeiro contato do usuário com o sistema de saúde, iniciando-se com o ato de acolher, escutar e oferecer resposta resolutiva para a maioria dos problemas de saúde da população, amenizando danos e sofrimentos e responsabilizando-se pela efetividade do cuidado, ainda que seja ofertado em outros pontos de atenção da rede, garantindo sua integralidade (BRASIL, 2011b).

O uso dos fitoterápicos vêm crescendo devido à grande diversidade de plantas e facilidade de acesso a elas no Brasil e pelo menor custo em comparação aos fármacos sintéticos. Podemos perceber na fala do autor que afirma:

[...] Ao se pensar em fitoterápicos e plantas medicinais como nova proposta terapêutica no SUS pode-se, quem sabe reduzir a dependência tecnológica, estimular o uso sustentável da biodiversidade brasileira, a valorização e preservação dos conhecimentos tradicionais e o uso racional e adequado desses produtos. (PETRY, ROMAN, 2012, p.61).

De acordo com a Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006, do Ministério da Saúde, a fitoterapia é uma terapêutica caracterizada pelo uso de plantas medicinais

em suas diferentes formas farmacêuticas, sem a utilização de substâncias ativas isoladas, ainda que de origem vegetal (BRASIL, 2006b).

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) através da Resolução nº 197/1997 e do Parecer Normativo n.º 004/95, reconhece as terapias alternativas, dentre elas a fitoterapia, como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem (BRASIL, 1997). Segundo Heisler et al. (2015), esta iniciativa do COFEN é fundamental para estimular investimentos na qualificação dos profissionais de saúde sobre o tema, pois oportuniza a ampliação das práticas terapêuticas, em busca da integralidade da assistência e do fortalecimento do SUS.

Com isso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) na Resolução nº 5.813, de 22 de junho de 2006, definindo diretrizes para a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil, promovendo o uso sustentável da biodiversidade do país (BRASIL, 2006a). Essa fala se sustenta com a afirmação abaixo:

Acredita-se que o cuidado realizado por meio da utilização das plantas seja favorável à saúde humana desde que o usuário tenha conhecimento de sua finalidade, riscos e benefícios. Com isso, revela-se a necessidade de domínio desse saber pelos profissionais da saúde, principalmente o Enfermeiro que pode facilitar a aproximação do saber popular ao científico, estimulando no usuário a autonomia por meio da valorização da cultura de cada indivíduo (HEISLER et al, 2015, p.405-406).

Nesse contexto, os enfermeiros precisam ser capacitados sobre a utilização desses fitoterápicos para que possam prescrevê-los nas ações de promoção, proteção e recuperação da saúde daqueles que os utilizam, melhorando assim o atendimento. O autor abaixo corrobora e ilustra essa ideia quando revela que:

No campo da ginecologia, a consulta de enfermagem está direcionada à prevenção e resolução de um conjunto de problemas relacionados à biodinâmica feminina, realizando intrinsecamente uma abordagem integral à saúde da mulher, com comprovada relevância epidemiológica e implicações para o sistema genital e para o desenvolvimento sexual (VARELA, AZEVEDO, 2014a, p.154).

Sendo assim, durante a consulta ginecológica de enfermagem na Atenção Primária à Saúde, o enfermeiro ao identificar uma afecção ginecológica de baixo risco durante o exame Papanicolaou, pode realizar a prescrição fitoterápica a fim de aliviar o desconforto da paciente e prevenir o aparecimento de patologias mais graves.

Este estudo trata da percepção de enfermeiros acerca de sua atuação na prescrição de fitoterápicos em tratamentos de afeções ginecológicas de baixo risco na Estratégia de Saúde da Família.

O interesse pela temática surgiu após leituras de artigos que tratavam do uso de fitoterápicos em tratamentos ginecológicos. Desta forma, surgiu a necessidade de aprofundar os conhecimentos acerca do uso de plantas medicinais em tratamentos ginecológicos de baixo risco e o papel do enfermeiro dentro desse contexto.

Um estudo que busca realizar uma pesquisa bibliográfica acerca da percepção de enfermeiros sobre sua atuação na prescrição de fitoterápicos em tratamentos de afeções ginecológicas de baixo risco na Estratégia de Saúde da Família, torna-se relevante.

Nesse contexto emergem, então, as seguintes questões que nortearão o estudo: Qual a produção científica de enfermeiros sobre o uso de fitoterápicos em tratamentos de afeções ginecológicas? Qual a percepção desses profissionais acerca de seu papel nesse contexto? Será que enfermeiros encontram dificuldades ou facilidades para realizar a prescrição de fitoterápicos? Para responder a estes questionamentos surgem os seguintes objetivos: 1) Identificar as evidências científicas da prática de enfermeiros sobre o uso de fitoterápicos em tratamentos ginecológicos de baixo risco na Atenção Primária à Saúde; 2) Descrever o entendimento de enfermeiros acerca do uso de fitoterápicos; 3) Relatar a percepção de enfermeiros acerca de seu papel nesse contexto; 4) Apontar dificuldades ou facilidades para realizar a prescrição de fitoterápicos.

O tema é abrangente e com várias vertentes de estudo. Uma delas seria a capacitação de enfermeiros quanto aos princípios ativos de fitoterápicos na ginecologia de baixo risco na ESF. Poderíamos abordar nesse estudo um discurso de profissionais da saúde acerca de fitoterápicos. Poderíamos ainda destacar o discurso de docentes e discentes de enfermagem sobre o uso de fitoterápicos na saúde da mulher. Entretanto optou-se por realizar um estudo bibliográfico acerca da percepção de enfermeiros sobre sua atuação na prescrição de fitoterápicos em tratamentos de afeções ginecológicas de baixo risco na Estratégia de Saúde da Família.

Este estudo pretende contribuir na construção do conhecimento de enfermeiros, levando-os a uma reflexão quanto à importância do uso de medicações fitoterápicas em tratamentos ginecológicos de baixo risco na ESF, que de posse da leitura do presente artigo, enfermeiros possam aprofundar os conhecimentos sobre o assunto e perceber a aplicabilidade de medicações fitoterápicas no cuidado à Saúde da Mulher. Contribuir ainda para o ensino e a apreensão do conhecimento por acadêmicos da graduação e pós-graduação em enfermagem ao realizar a consulta de enfermagem em ginecologia de baixo risco pelo o exame de Papanicolaou, com ênfase na prevenção do câncer ginecológico. E por fim contribuir no campo da pesquisa para novos desafios de profissionais na construção do conhecimento acerca da temática.

Para uma abordagem específica em relação à percepção de enfermeiros acerca de sua atuação com fitoterápicos nas unidades de ESF, fez-se a seguinte pergunta: Será que enfermeiros tem clareza da importância em adquirir conhecimentos sobre a prescrição de fitoterápicos para sua atuação em ginecologia de baixo risco na Estratégia Saúde da Família?

REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico para o estudo, optou-se pela Teoria de Enfermagem do Autocuidado de Dorothea Orem, considerando o uso de fitoterápicos no tratamento de afeções ginecológicas como uma prática de saber cultural, vincula-se ao exercício do autocuidado. Neste contexto, o enfermeiro tem o papel de mediador para manter a satisfação e a qualidade das exigências do autocuidado na aplicação da fitoterapia.

Na quarta edição de “*Nursing: Concepts of practice*”, publicado em 1991, Orem associou a prática do autocuidado a três teorias-interrelacionadas, são elas: a teoria do autocuidado, a teoria do déficit de autocuidado e a teoria dos sistemas de enfermagem (GEORGE, 2000).

Segundo Orem (1991) citado por George (2000) o autocuidado consiste na prática de atividades que os indivíduos realizam em seu benefício para manter a vida, a saúde e o bem-estar. As ações do autocuidado consistem na capacidade

humana de se engajar nessa prática, visto que determinados fatores que podem restringi-lo, como por exemplo, o sexo, a idade, o condicionamento físico e/ou mental, onde percebe-se essa afirmação de autores quando alegam que:

A demanda terapêutica do autocuidado é moldada na ação deliberada – isto é, “ação deliberadamente desempenhada” por alguns membros de um grupo social para provocar eventos e resultados que beneficiem os outros de maneira específica. (OREM, 1991 apud GEORGE, 2000, p.84).

Logo, considerando a prática da fitoterapia, Brasil (2012) afirma que a tradição de uso doméstico e comunitário de plantas medicinais é uma prática transmitida oralmente por pessoas experientes que detém saberes populares acumulados, porém pouco registrados em cada realidade local, prestando assim um trabalho comunitário que se repassa de geração para geração.

Integrado a essa teoria, Orem denomina três categorias de requisitos ao autocuidado: a universal, a de desenvolvimento e a dos desvios de saúde. A universal consiste nos processos de vida e com a manutenção da integridade da estrutura e funcionamento humano. Os requisitos de desenvolvimento, segundo a própria autora, são “tanto as expressões especializadas de requisito universal de autocuidado que foram particularizadas por processos de desenvolvimento quanto novos requisitos, derivados de alguma condição ou associadas a algum evento.” Já o auto cuidado no desvio de saúde são aqueles aplicados em caso da manifestação de alguma lesão ou sintomas patológicos.

A enfermagem é exigida quando [...] os indivíduos necessitam de incorporar medidas de autocuidado recentemente prescritas e complexas ao seu sistema de autocuidado, cuja realização exige conhecimento e habilidade especializados, adquiridos através de treino e experiência [...] (OREM, 1991 apud GEORGE, 2000, p.86).

Nesse sentido e no contexto do estudo, cabe ao enfermeiro atuar frente aos desvios de saúde ginecológicos, prestando assistência e prescrição de cuidados à mulher durante a consulta de enfermagem, orientando-a quanto ao uso e a prática da fitoterapia na ginecologia de baixo.

REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Souza et al. (2016), os profissionais de enfermagem não apresentam muito conhecimento acerca dos fitoterápicos e das Políticas Públicas que os mencionam, como a PNPMF. Entretanto, conforme o pensamento de Gonçalves et al. (2017) os profissionais sabem a importância da inserção dos fitoterápicos na Atenção Primária à Saúde, pois dessa forma, mantém a cultura popular, reduz custos com os alopáticos e além disso o cliente é inserido como agente no processo saúde-doença o que desenvolve a educação continuada.

Em um estudo realizado por Sampaio et al. (2013), quinze enfermeiros foram questionados sobre o que pensavam acerca da inserção da fitoterapia na Atenção Básica, “quatro deles afirmaram que essa é uma maneira de trazer para a assistência uma forma mais benéfica de tratar, contribuindo para a redução do uso abusivo de medicamentos industrializados [...]”. (SAMPAIO et al, 2013, p.80).

Com a aceitação dos fitoterápicos como alternativa de tratamento, os pacientes se sentem mais seguros quando lhe são prescritos, devido aos efeitos adversos no organismo serem menores em comparação aos medicamentos alopáticos, porém esse tratamento precisa ser receitado e orientado pelo enfermeiro a fim de evitar qualquer problema futuro, pois embora sejam produtos naturais, eles podem apresentar contraindicações. Sustentando essa fala, o Ministério da Saúde assegura que para o uso prudente de plantas medicinais e fitoterápicos é necessário que haja uma orientação ao paciente sobre o tratamento, dose adequada, posologia e possíveis efeitos adversos. (BRASIL, 2012). Considerando que:

O uso racional é o processo que compreende a prescrição apropriada, a disponibilidade oportuna e a preços acessíveis, a dispensação em condições adequadas e o consumo nas doses indicadas, nos intervalos definidos e no período de tempo indicado de medicamentos eficazes, seguros e de qualidade. (BRASIL, 2001, p.15).

A carência de conhecimento por parte de enfermeiros e outros profissionais da área de saúde faz com que o processo de assistencialização ao paciente se torne ineficiente inseguro, sendo necessário um domínio sobre o tema. Essa afirmação se acomoda na fala de Santos e Trindade (2017, p.29): “[...] sendo necessária a capacitação e a compreensão da química, toxicologia e farmacologia das plantas medicinais e princípios ativos, sem desconsiderar o conhecimento popular”.

As afecções mais recorrentes são a inflamação uterina, a dor pélvica e o corrimento vaginal (Oliveira, 2016). As leucorréias podem ser ocasionadas por Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), por isso essas afecções devem ser prevenidas e diagnosticadas o mais precocemente possível, para que se evite problemas futuros a essas mulheres (Teixeira et al, 2013).

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho consistem em uma pesquisa bibliográfica do tipo exploratória e descritiva a partir de uma análise qualitativa. Para o autor abaixo, pesquisa bibliográfica se define:

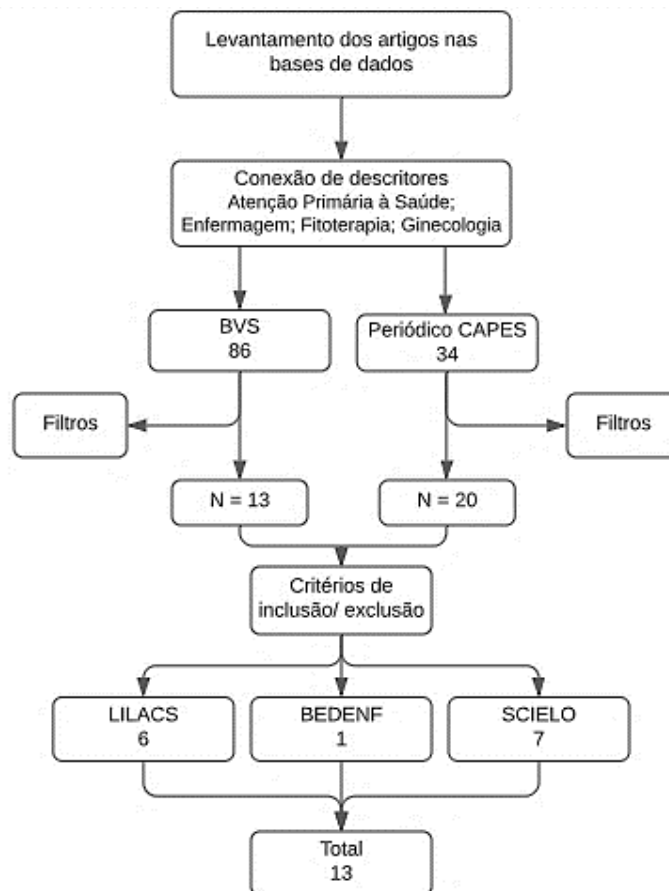
Quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa [...] (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.54).

Realizou-se um levantamento de artigos para identificar evidências científicas da prática de enfermeiros sobre o uso de fitoterápicos em tratamentos ginecológicos de baixo risco. O estudo abrange artigos científicos mediante a busca na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS/BIREME) e Periódicos CAPES. Na BVS foram consultadas as seguintes bases de dados: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e BEDENF (Banco de Dados em Enfermagem), enquanto no periódico da CAPES, consultou-se a base de dados: SCIELO (Scientific Eletronic Library Online).

Selecionaram-se artigos publicados no período de 2010 a 2020, utilizando os seguintes descritores verificados pelo Decs: “Atenção Primária à Saúde” “Enfermagem” “Fitoterapia” “Ginecologia” em todas as suas combinações possíveis e seus sinônimos. A pesquisa foi realizada no período de maio a junho de 2020 e após ser encontrado o total 120 artigos foram aplicados os filtros: texto completo e disponível, artigo e idioma português resultando em 33 artigos, podendo ser observado na Figura 1. Após aplicar os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 13 artigos para análise

Utilizou-se critérios para a seleção e análise dos artigos, como os de inclusão: artigos disponíveis na íntegra publicados no idioma português nos últimos dez anos, que aborde sobre o papel da enfermagem no uso de fitoterápicos e plantas medicinais em tratamentos ginecológicos na Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde e os de exclusão: os que não contemple os critérios de inclusão e aparecer em mais de uma base de dados ou duplamente anexados.

Figura 1. Banco de dados pesquisados e artigos selecionados para análise.



Fonte: Elaborada pelos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para uma melhor compreensão de cada artigo analisado, foi construído um quadro onde os artigos obedeceram à seguinte disposição: número de ordem, título dos artigos, autores, ano de publicação, objetivos e revista publicada. Essa disposição pode ser vista no Quadro 1. Os dados foram analisados e categorizados

conforme a similaridade dos conteúdos. A análise foi realizada com embasamento com o que está posto na literatura sobre o tema em estudo.

A partir do estudo dos artigos selecionados, foram elaboradas três categorias para análise: 1) Insuficiência de conhecimento acerca de fitoterápicos por enfermeiros; 2) Implantação dos Fitoterápicos na Assistência de Enfermagem; 3) A Capacitação de Profissionais no uso de Fitoterápicos.

Quadro 1. Publicações selecionadas para a análise.

Nº	Título do Artigo	Autores	Ano	Objetivos	Periódico
A1	Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais.	MATTOS, Gerson et al.	2018	Avaliar o perfil de prescrição/sugestão e credibilidade no uso de plantas medicinais e fitoterápicos como terapia complementar entre 157 profissionais de 66 equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) do município de Blumenau.	Ciência & Saúde Coletiva.
A2	Fitoterapia na Atenção Básica: estudo com profissionais enfermeiros.	BRITO, Fabiana Medeiros de et al.	2017	Investigar a compreensão de enfermeiros sobre a Fitoterapia e averiguar as estratégias necessárias para a consolidação desta prática na Atenção Básica.	Revista Online de Pesquisa: Cuidado é fundamental.
A3	Dificuldades enfrentadas por enfermeiros na aplicabilidade da fitoterapia na Atenção Básica: uma revisão integrativa.	ARAÚJO, Anna Karolina Lages de et al.	2015	Analisar artigos disponíveis na literatura sobre as dificuldades encontradas por enfermeiros na aplicabilidade da fitoterapia na Atenção Básica.	Revista de Pesquisa: Cuidado é fundamental online.
A4	Percepção dos enfermeiros da estratégia saúde da família sobre o uso da fitoterapia.	SAMPAIO, Larissa Alves et al.	2013	Conhecer a percepção dos enfermeiros sobre o uso da fitoterapia na Estratégia Saúde da Família.	Revista Mineira de Enfermagem.
A5	Representações e intenção de	ROSA, Caroline	2011	Conhecer as representações e a utilização da fitoterapia na	Ciência & Saúde

	uso da fitoterapia na Atenção Básica à saúde.	da; CÂMARA, Sheila Gonçalves; BÉRIA, Jorge Umberto.		Atenção Básica à saúde e os fatores relacionados à intenção de uso dessa terapia.	Coletiva.
A6	A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu – Paraná: a visão dos profissionais de saúde.	BRUNING, Maria Cecilia Ribeiro; MOSEGUI, Gabriela Bittencourt Gonzalez; VIANNA, Cid Manso de Melo.	2012	Analisar o conhecimento de gestores e profissionais de saúde que atuam na atenção primária (APS), sobre fitoterapia, nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu, Paraná.	Ciência & Saúde Coletiva.
A7	Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura.	RUELA, Ludmila de Oliveira et al.	2019	Analisar a implementação, o acesso e o uso das PIC no Sistema Único de Saúde (SUS) após a implantação da política.	Ciência & Saúde Coletiva.
A8	Utilização de plantas medicinais como remédio caseiro na Atenção Primária em Blumenau, Santa Catarina, Brasil.	ZENI, Ana Lúcia Bertarello et al.	2017	Investigar o uso de remédios caseiros pelos usuários da Atenção Primária da Saúde do município de Blumenau, em Santa Catarina.	Ciência & Saúde Coletiva.
A9	Práticas integrativas e complementares e relação com promoção da saúde: experiência de um serviço municipal de	LIMA, Karla Morais Seabra Vieira; SILVA, Kênia Lara; TESSER, Charles	2014	Analisar a organização das práticas desenvolvidas nesse serviço, tendo como foco analítico sua relação com a promoção da saúde e sua inserção no Sistema Único de Saúde (SUS).	Interface - Comunicação, Saúde, Educação.

	saúde.	Dalcanale.			
A10	Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.	HABIMOR AD, Pedro Henrique Leonetti et al.	2020	Analisar a produção científica sobre as Práticas Integrativas e Complementares (PIC) no Sistema Único de Saúde (SUS) visando compreender as potencialidades e fragilidades do processo de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC).	Ciência & Saúde Coletiva.
A11	Papel das práticas complementares na compreensão dos profissionais da Atenção Básica: uma revisão sistemática.	SCHVEITZER, Mariana Cabral; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone.	2014	Identificar a compreensão dos profissionais de saúde quanto ao papel das práticas complementares na Atenção Básica.	Revista da Escola de Enfermagem da USP.
A12	Plantas medicinais utilizadas em transtornos do sistema geniturinário por mulheres ribeirinhas, Caravela, Bahia.	PAIVA, Kariny Oliveira et al.	2017	Conhecer as espécies vegetais utilizadas como medicinal, para transtornos do Sistema Geniturinário, por mulheres integrantes da Colônia de Pescadores Z-25 do município de Caravelas-BA, assim como suas formas de uso e manipulação.	Revista Fitos.
A13	Dificuldades de profissionais de saúde frente ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos.	VARELA, Danielle Souza Silva; AZEVEDO, Dulcian Medeiros de.	2013	Identificar as dificuldades encontradas por médicos e enfermeiros na aplicabilidade de plantas medicinais e fitoterápicos na Estratégia Saúde da Família (ESF) de Caicó/RN.	Revista de Pesquisa: Cuidado é fundamental online.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Categoria 1 – Insuficiência de conhecimento acerca de fitoterápicos por enfermeiros

Nessa categoria é possível observar que o conhecimento advindo dos enfermeiros sobre a aplicabilidade dos fitoterápicos na Atenção Primária a Saúde é

escasso, além disso, não apresentam conhecimento sobre a PNPMF e Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). De acordo com Góes (2019) esse déficit se torna proveniente da não inclusão do tema nas grades curriculares durante a graduação. Essa afirmação torna-se evidente pela fala de Brito et al. (2017, p.484):

[...] observa-se a falta de compreensão, por parte das enfermeiras, sobre a Fitoterapia e suas Políticas, revelando a importância de um conhecimento com mais aprofundamento, de capacitações e especializações na área. A necessidade de educação continuada para o profissional é urgente neste âmbito cujo propósito essencial é a qualidade de vida da população. ^{A2}

Segundo Ischkanian e Pelicioni (2012), não se sabe se a falta de conhecimento sobre as Práticas Integrativas e Complementares (PIC) e a PNPIC se deu por ineficiência dos meios de divulgação na rede pública de saúde, pela descrença dos profissionais de saúde nas racionalidades médicas decorrente de sua formação, discriminação ou por favoritismo ao modelo biomédico. De acordo com Habimorad et al. “o baixo conhecimento de profissionais e gestores em relação à PNPIC e de usuários em relação às PIC reafirma a necessidade de divulgação”. ^{A10}

Nesse aspecto, o favoritismo pelo modelo biomédico restringe o interesse de conhecimento acerca de outros métodos medicinais, como por exemplo a fitoterapia, que se torna uma prática pouco utilizada ou apenas em contíguo com os medicamentos alopáticos. Segundo Mattos et al. (2018), está claro para os profissionais o uso conjunto de fitoterápicos, mas não a substituição, como verificase a seguir:

[...] os profissionais apoiam a utilização conjunta das plantas medicinais e fitoterápicos com os medicamentos alopáticos, mas passam a ser contrários quando a utilização da planta seria em substituição. Os profissionais acham arriscado suspender a utilização do medicamento alopático e não poderiam assumir esta responsabilidade [...]. ^{A1}

De acordo com Arnous, Santos e Beinher (2005) citado por Nunes e Maciel (2016), embora a Enfermagem de acordo com a Resolução nº 197/1997 e do Parecer Normativo n.º 004/95 esteja respaldada para trabalhar com os fitoterápicos, a carência de conhecimento faz com que os profissionais fiquem hesitantes para incitarem o uso de tal prática e sanar dúvidas provenientes da população sobre o uso correto dela, como afirma Ruela et al. (2019, p.4247):

[...] a ampliação dos saberes sobre a política e as PIC, bem como o incentivo aos profissionais, por meio, por exemplo, de educação permanente, podem ser estratégias eficazes na concretização e ampliação da implantação da PNPIC e melhoria do acesso às práticas nos serviços de saúde no âmbito do SUS.^{A7}

A imperícia ocorre quando se pratica um ato sem ter conhecimento adequado para aquilo, e por isso é preciso desenvolver estratégias para aumentar a cognição dos enfermeiros sobre o uso de fitoterápicos. Com isso, a falta de conhecimento e capacitação está entre as principais dificuldades para a implementação da fitoterapia, podendo ser confirmado pela fala de Araújo et al. (2015, p. 2831):

[...] a ausência de planejamento na implantação de práticas integrativas e complementares na atenção básica, a falta de capacitação dos profissionais de saúde e a não valorização por parte da gestão e da própria equipe de saúde como as principais dificuldades enfrentadas na utilização das terapias, dentre elas, a fitoterapia.^{A3}

Percebe-se nos artigos que foram selecionados, que enfermeiros precisam avançar mais na apreensão de conhecimentos sobre o que são os fitoterápicos e sobre as políticas PNPMF e PNPIC que respaldam a prática de enfermeiros, assim como capacitar os profissionais de saúde no uso de fitoterápicos para implementar essa prática na assistência de enfermagem na Atenção Primária à Saúde.

Categoria 2 - Implantação dos Fitoterápicos na Assistência de Enfermagem

Tão importante quanto dispor conhecimentos sobre os fitoterápicos é saber implementá-los no sistema de saúde. O ideal para implantação dos fitoterápicos no SUS seria através da APS pois é a porta de entrada do sistema de saúde e da ESF que por sua vez é o local ideal para a promoção da saúde e uma estratégia para a expansão do uso de fitoterápicos.

A prática fitoterápica é recomendada pelo Ministério da Saúde dentro da APS com ênfase na promoção, manutenção e recuperação da saúde, visando ainda a promoção do autocuidado (ARAÚJO, 2015). Em consonância, Lima, Silva e Tesser (2014, p.268): “[...] evidencia a importância da integração do serviço de PIC com a APS, com vistas a potencializar a promoção da saúde, uma vez que essa abarca tanto o cuidado e a prevenção de adoecimentos, quanto a promoção da saúde.”^{A9}

Para Glória (2013), alguns fatores são determinantes para a implantação da prática, dentre eles, o interesse por parte dos profissionais de saúde e dos usuários, o governo incentivar a PIC dentro do SUS e ESF, entre outros. Embora os

profissionais não detenham de total conhecimento sobre o uso terapêutico dessa prática, eles são favoráveis a implantação e apresentam interesse em se capacitar no assunto. De acordo com Sampaio et al. (2013), implantar essa prática é benéfica, o que pode ser confirmado a seguir:

[...] essa é uma alternativa viável e benéfica, que os auxiliariam no cotidiano assistencial, de maneira a favorecer não somente o paciente, como também o próprio sistema de saúde, ao passo que iria influenciar na diminuição dos custos da Atenção Básica. ^{A4}

A implementação da fitoterapia traz diferentes benefícios, como por exemplo, a facilidade de acesso às plantas, o aumento da diversidade de métodos para tratamento e ser uma prática de baixo custo financeiro (Figueiredo, 2014). Essa fala pode ser sustentada pela afirmação de Saforcada (2008) citada por Rosa, Câmara e Béria (2011, p.317):

O uso da fitoterapia na atenção básica à saúde talvez represente mais que uma diminuição de custos, pois implica a aceitação do saber do outro, do usuário. Implica o vínculo e o respeito por valores culturais e condições de vida. Pode ser o resultado de uma parceria que rompe com a dicotomia entre os sistemas formal e informal de saúde. ^{A5}

Nesse contexto, outro benefício da implementação dessa prática na assistência de saúde está relacionado às mulheres, visto que o uso de algumas plantas auxilia no tratamento e no alívio de afecções ginecológicas, evento recorrente na saúde feminina. Além disso, há variedades de plantas e sua forma de administração é simples atendendo a necessidade desde a adolescência até a idade mais avançada, funcionando também como forma de prevenção. De acordo com a ANVISA, a aroeira é indicada como anti-inflamatória e cicatrizante ginecológico (BRASIL, 2011a). As enfermidades mais recorrentes que podem ser tratadas com os fitoterápicos podem ser identificadas a seguir de acordo com a fala de Paiva et al. (2017, p.96):

As indicações terapêuticas foram citadas, principalmente, para o tratamento da candidíase, corrimento, inflamação pélvica, ferida uterina, menopausa, hemorragia menstrual e reposição hormonal. A principal forma de preparo para a utilização medicinal citada foi o decocto, que pode ser utilizado para ingestão ou banho. ^{A12}

Conforme a fala dos autores acima, constata-se que a implantação dos fitoterápicos no SUS através da Atenção Básica, é benéfica aos usuários e profissionais inseridos, ampliando a compreensão do processo Saúde Doença, de tal modo é importante que profissionais enfermeiros conheçam essa prática e

assegurem que o uso desses fitoterápicos pode ser uma boa alternativa para formas de prevenção e tratamento reduzindo o uso indiscriminado de medicamentos alopáticos.

Categoria 3 - Capacitação de Profissionais no uso de Fitoterápicos

A falta de capacitação de profissionais para o uso de fitoterápicos é oriundo da carência de divulgação de estudos acerca da comprovação científica do método, desvalorização dos próprios profissionais e gestores pela ausência de insumos nos serviços de saúde e fragilidade no saber popular dificultam o emprego de plantas medicinais e fitoterápicos. Essa pauta se sustenta com a afirmação abaixo de Thiago e Tesser (2011) citado por Varela e Azevedo (2013, p.3596):

A capacitação das equipes que atuam na ESF para o uso e manejo das plantas medicinais/fitoterápicos parece uma medida a ser tomada pelos gestores municipais na tentativa de proporcionar conhecimento sobre sua eficácia e segurança, oferecendo outras opções de tratamento. ^{A13}

Segundo Varela e Azevedo (2014b) a inserção de fitoterápicos na APS é vantajosa, visto que provocam menor incidência de efeitos colaterais e menor dependência. Porém é preciso avaliar a terapêutica de cada cliente para que a técnica acrescente no tratamento combinado com alopáticos e não prejudique a saúde dele trazendo malefícios. Essa afirmação se confirma através da fala de Bruning, Mosegui e Vianna (2012, p.2679):

A fitoterapia apresenta-se como uma possibilidade de atuar como coadjuvante nos tratamentos alopáticos, desde que sejam levadas em consideração suas possíveis complicações. Faz-se necessário um conhecimento por parte dos profissionais de saúde que estarão atuando e indicando a terapia aos pacientes. ^{A6}

A capacitação dos profissionais na terapêutica fitoterápica, lhes confere o conhecimento para avaliar os efeitos colaterais, a segurança e qualidade e os efeitos farmacológicos das plantas (BARRETO; VIEIRA, 2015). Conforme afirmam Schweitzer e Zoboli (2014, p.193):

[...] na visão dos profissionais de APS, as práticas mais holísticas por sua forma de explicar e cuidar no processo saúde-doença podem, ainda que não sempre, evitar alguns dos efeitos colaterais das intervenções da medicina convencional e contribuir para a satisfação do usuário. ^{A11}

Nesse aspecto, ter menos efeitos colaterais não significa que eles não existem. O uso indiscriminado dos fitoterápicos podem ser tóxicos e causar prejuízos

ao organismo e por isso é importante conhecer a propriedade e finalidade de cada planta, além de ter ciência de onde ela foi adquirida, preferindo sempre a retirada na Farmácia Viva, instituída através da Portaria nº 886, de 20 de Abril de 2010 do Ministério da Saúde, responsável por manipular os fitoterápicos, a fim de evitar qualquer intercorrência médica (BRASIL, 2010), conforme é dito por Zeni et al. (2017, p.2709):

Entre outros riscos, existe a possível toxicidade intrínseca à planta, a contaminação por agentes externos, como parasitas capazes de ocasionar doenças infecciosas, a contaminação por metais pesados e pesticidas, além da adição de fármacos com o propósito de prolongar o efeito das ervas, riscos assumidos quando estas são adquiridas em feiras livres, mercados públicos ou lojas de produtos naturais.^{A8}

Conforme os dados apresentados e os artigos analisados, observa-se que a maioria de enfermeiros não se sentem capacitados para a recomendação ou a prescrição de fitoterápicos na APS. Mesmo com o crescimento das práticas integrativas e complementares no país após a aprovação da PNPMF, perpetua-se baixo interesse político e de gestores em capacitar enfermeiros na prescrição de fitoterápicos, dificultando a inserção dessa prática nos serviços de saúde, principalmente na ESF que é a porta de entrada de usuários carregando a proposta da resolutividade de 85% das necessidades de saúde de baixo risco.

CONCLUSÃO

As evidências científicas sobre o tema são escassas. Os artigos mostram que os fitoterápicos têm papel relevante na assistência à Saúde da Mulher na Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças, entretanto sua prescrição deve ser feita por enfermeiros qualificados adquirindo habilidades e competências para atuar com fitoterápicos, pois seu uso improprio pode ser tóxico e trazer malefícios para usuárias. Contudo, se administrado corretamente podem ser um importante aliado com o uso complementar das terapias alopáticas, assim como dar visibilidade à prática e estimular a produção científica de enfermeiros.

Os objetivos foram cumpridos na medida em que, ao longo da pesquisa, pode-se verificar que as evidências científicas sobre a temática são escassas e que enfermeiros apresentam reduzido conhecimento ao realizar essa prática com

segurança e resolutividade nas necessidades levantadas em afecções ginecológicas na Atenção Primária. Nesse estudo percebem-se lacunas a serem preenchidas quanto ao entendimento de enfermeiros no uso e manejo de fitoterápicos para prescrições mais seguras e resolutivas. Ficou claro ainda que enfermeiros tem consciência de seu papel nesse contexto, mas reconhecem que será necessário o apoio de gestores na apreensão desses conhecimentos para melhor desenvoltura na prescrição de fitoterápicos na consulta de enfermagem, mostrando-se favoráveis à capacitação, mesmo diante de todas as dificuldades encontradas.

Conclui-se que as Políticas Nacionais sobre fitoterápicos necessitam ser amplamente debatidas e divulgadas pelos vários atores sociais na APS como também nas Instituições de Ensino Superior (IES). Os autores deste artigo sugerem a criação de uma disciplina eletiva na grade curricular do curso de Graduação Enfermagem proporcionando autonomia na prática fitoterápica de enfermeiros nesse contexto.

REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO, Anna Karolina Lages de, et al. Dificuldades enfrentadas por enfermeiros na aplicabilidade da fitoterapia na atenção básica: uma revisão integrativa. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v.7, n.3, p. 2826-2834, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=505750947038>. Acesso em: 13 mar. 2020.
2. ARAÚJO, Ednaldo Cavalcante de. A integralidade no cuidado pela enfermagem com a utilização da fitoterapia. **Revista de Enfermagem UFPE online**, Recife, v.9, n.9, 2015.
3. BARRETO, Benilson Beloti; VIEIRA, Rita de Cássia Padula Alves. Percepção dos profissionais de saúde sobre a inserção da fitoterapia na atenção primária à

saúde. **Revista de Atenção Primária à Saúde**, v.18, n.2, p. 191-198, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15404>. Acesso em: 01 jul. 2020.

4. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Formulário de Fitoterápicos da Farmacopéia Brasileira. 1. ed. Brasília: Anvisa, 2011a, 126p.
5. BRASIL. Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 jun. 2006a.
6. BRASIL. Gabinete do Ministro. Portaria nº 886, de 20 de abril de 2010. Institui a Farmácia Viva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 21 abr. 2010.
7. BRASIL. Gabinete do Ministro. Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNBRASILPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 04 mai. 2006b.
8. BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea. Brasília: Ministério da Saúde, 2011b. 56p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, v1, n. 28).
9. BRASIL. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2001, 40p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios, n.25).

10. BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012, 156p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica; n. 31).
11. BRASIL. Resolução COFEN nº 197 de 1997. Estabelece e reconhece as Terapias Alternativas (Acupuntura, Iridologia, Fitoterapia, Reflexologia, Quiropraxia, Massoterapia, dentre outras) como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem. Brasília (DF), COFEN, 1997.
12. BRITO, Fabiana Medeiros et al. Fitoterapia na atenção básica: estudo com profissionais enfermeiros. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 9, n. 2, p. 480-487, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i2.480-487>. Acesso em: 20 fev. 2020.
13. BRUNING, Maria Cecília Ribeiro; MOSEGUI, Gabriela Bittencourt Gonzalez; VIANNA, Cid Manso de Melo. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu - Paraná: a visão dos profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.10, p. 2675-2685, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001000017>. Acesso em: 20 abr. 2020.
14. FIGUEIREDO, Climério Avelino de.; GURGEL, Idê Gomes Dantas; GURGEL JÚNIOR, Garibaldi Dantas. A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 381-400, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000200004>. Acesso em: 18 abr. 2020.

15. GEORGE, JULIA B. et al. **Teorias de Enfermagem: os fundamentos à prática profissional**. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/nayarakalline1/teorias-de-enfermagem-os-fundamentos-prtica-profissional-julia-b-george>. Acesso em: 12 out. 2019.
16. GLÓRIA, Mirley. Plantas medicinais, fitoterápicos e saúde pública: um diagnóstico situacional entre profissionais da área da saúde em anápolis, goiás. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Goiás, v. 1, n. 2, p. 76-92, 2013. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.21664/2238-8869.2012v1i2.p76-92>. Acesso em: 08 abr. 2020.
17. GOÉS, Ana Cristina Costa.; SILVA, Larissa Sonayra Leal da.; CASTRO, Nádille Juliane Costa de. Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos: saberes e atos na atenção primária à saúde. **Revista de Atenção à Saúde**, São Caetano do Sul, v. 17, n. 59, p. 53-61, 2019. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/5785. Acesso em: 15 fev. 2020.
18. GONÇALVES, Alsilene de. Lima Silva et al. Uso da fitoterapia na atenção básica: uma revisão da literatura. Anais CONGREPICS. **Realize Editora**, Campinas, 2017.
19. HABIMORAD, Pedro Henrique Leonetti, et al. Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 395-405, fev.

2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020252.11332018>. Acesso em: 19 fev 2020.
20. HEISLER, Elisa Vanessa et al. Uso de plantas medicinais no cuidado à saúde: produção científica das teses e dissertações da enfermagem brasileira. **Enfermería global**, Murcia, v. 14, n. 3, p. 404-417, 2015. Disponível em: http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v14n39/pt_revision5.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.
21. ISCHKANIAN, Paula Cristina; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Desafios das práticas integrativas e complementares no sus visando a promoção da saúde. **Revista Brasileira de Crescimento Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v.12, n.1, p. 233-238, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v22n2/pt_16.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.
22. LIMA, Karla Morais Seabra Vieira; SILVA, Kênia Lara; TESSER, Charles Dalcanale. Práticas integrativas e complementares e relação com promoção da saúde: experiência de um serviço municipal de saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 18, p. 261-272, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0133>. Acesso em: 10 jun. 2020.
23. MATTOS, Gerson et al. Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.23, n.11, p. 3735-3744, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.23572016>. Acesso em: 30 mar 2020.
24. NUNES, Josefia D; MACIEL, Micheline V. A importância da informação do profissional de enfermagem sobre o cuidado no uso das plantas medicinais: uma revisão de literatura. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, v.10, n.4, p. 375-547, 2016. Disponível em: <https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/385/pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

25. OLIVEIRA, Antonio Wendel Nogueira. Plantas medicinais para fins ginecológicos: usos e concordância em uma comunidade quilombola. 19 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Instituto de Ciências da Saúde, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Acarape, 2016. Disponível em:
<http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/568/1/Antonio%20Wendel%20Nogueira%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.
26. PAIVA, Kariny O. et al. Plantas medicinais utilizadas em transtornos do sistema geniturinário por mulheres ribeirinhas, Caravela, Bahia. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 92-98, 2017. Disponível em:
https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/21124/2/kariny_oliveira_et_all.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.
27. PETRY, Katyanna.; ROMAN JUNIOR, Walter Antônio. Viabilidade de implantação de fitoterápicos e plantas medicinais no Sistema Único de Saúde (SUS) do município de Três Passos/RS. **Revista Brasileira Farmácia**, Chapecó, v.93, n.1, p. 60-67, 2012. Disponível em: <http://www.rbfarma.org.br/files/rbf-2012-93-1-11.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.
28. PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico, 2ª Ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013, 277p. Disponível em:
<://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 30 out 2019.
29. ROSA, Caroline da; CÂMARA, Sheila Guimarães; BÉRIA, Jorge Umberto Representações e intenção de uso da fitoterapia na atenção básica à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p. 311-318, 2011.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100033>. Acesso em: 19 maio 2020.

30. RUELA, Ludmila de Oliveira et al. Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.24, n.11, p. 4239-4250, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.06132018>. Acesso em: 04 maio 2020.
31. SAMPAIO, Larissa Alves et al. Percepção dos enfermeiros da estratégia saúde da família sobre o uso da fitoterapia. **Revista Mineira de Enfermagem**, v.17, n. 1, p. 76-84, 2013. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/remme.org.br/pdf/v17n1a07.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.
32. SANTOS, Valéria Pereira; TRINDADE, Luma Mota Palmeira. A enfermagem no uso das plantas medicinais e da fitoterapia com ênfase em saúde pública. **Revista Científica FaCMais**, v. 3, n. 1, p. 16-34, 2017. Disponível em: <http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2017/04/A-ENFERMAGEM-NO-USO-DAS-PLANTAS-MEDICINAIS-E-DA-FITOTERAPIA-COM-%C3%8ANFASE-NA-SA%C3%9ADE-P%C3%9ABLICA-1.pdf>. Acesso em: 22 out 2019.
33. SCHVEITZER, Mariana Cabral; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. Papel das práticas complementares na compreensão dos profissionais da Atenção Básica: uma revisão sistemática. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, p.189-196, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000500026>. Acesso em: 30 maio 2020.

34. SOUZA, A.D.Z. et al. O processo de trabalho dos enfermeiros da atenção primária e a Política Nacional de Plantas Medicinais/ Fitoterápicos. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Campinas – SP, v. 18, n. 12, p. 480-487, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1983-084X/15_176. Acesso em: 24 out. 2019.
35. STARFIELD, Barbara. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: **UNESCO**, Ministério da Saúde, 2002, 726p. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0253.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.
36. TEIXEIRA, Elberth Henrique Miranda et al. Saúde da mulher na perspectiva a assistência prestada pela enfermagem ginecológica: um relato de experiência. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 26, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/14959>. Acesso em: 30 out. 2019.
37. VARELA, Danielle Souza Silva; AZEVEDO, Dulcian Medeiros de. Conhecimento e uso de plantas medicinais pelo enfermeiro na estratégia saúde da família. **Revista de Atenção Primária a Saúde**, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 150-157, 2014a. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15291>. Acesso em: 13 out. 2019.
38. VARELA, Danielle Souza Silva; AZEVEDO, Dulcian Medeiros de. Dificuldades de profissionais de saúde frente ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, v. 5, n.2, p. 3588-3600,

2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-24518>. Acesso em: 29 jun. 2020.

39. VARELA, Danielle Souza Silva; AZEVEDO, Dulcian Medeiros de. Opinião de médicos e enfermeiros sobre o uso da fitoterapia e plantas medicinais na atenção básica. **Revista de Atenção Primária a Saúde**, v. 17, n.2, p. 204- 213, 2014b. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15289>. Acesso em: 29 jun. 2020.

40. ZENI, Ana Lúcia Bertazello et al. Utilização de plantas medicinais como remédio caseiro na Atenção Primária em Blumenau, Santa Catarina, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n.8, p. 2703-2712, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017228.18892015>. Acesso em: 20 jul. 2020.